

**Comissão Mista de Reavaliação de Informações****148ª Reunião Ordinária**

Decisão CMRI nº 460/2025/CMRI/CC/PR

**NUP: 50001.028978-2025-61****Requerente: E. R. C.****Órgão: ANTT – Agência Nacional de Transportes Terrestres****RESUMO DO PEDIDO**

O requerente solicitou à ANTT que forneça sobre o AIT EPSMA00323172023: 1) cópia do histórico do AIT; 2) cópia do histórico/andamento do processo administrativo, inexistente na área autuada (SIFAMA); e 3) comprovação da expedição e entrega de todas notificações (autuação e aplicação da penalidade), incluindo os respectivos avisos de recebimento.

**RESPOSTA DO ÓRGÃO REQUERIDO**

O órgão respondeu que o processo administrativo relacionado ao Auto de Infração solicitado é eletrônico e a autuada tem acesso ao inteiro teor deste a qualquer tempo, mediante cadastro do CPF do representante legal ou do seu preposto devidamente constituído, no site da Agência ([link](#)), via área do autuado. A ANTT destacou a importância de que os documentos exigidos sejam apresentados de acordo com o tipo de autuado: Pessoa Jurídica - Contrato social, documento de identificação e procuração (se aplicável), ou Pessoa Física - Documento de identificação e procuração (se necessário). Adicionalmente, informou que caso seja do interesse do requerente solicitar informações referente aos Autos de Infração, esclarecimentos, solicitação de 2ª via de boleto ou parcelamento do débito, estes devem ser solicitados por meio dos seguintes canais de atendimento: Peticionamento Eletrônico ([link](#)) ou Protocolo Digital ([link](#)).

**RECURSO EM 1ª INSTÂNCIA**

O requerente apresentou a seguinte alegação: *“Em resposta, o Gerente de Processamento e Cobrança de Autos de Infração negligencia na análise do pedido recusando-se a prestar a informação alegando que esta estaria disponível na área do autuado. Ocorre que no próprio pedido já consta que essa informação é indisponível no referenciado ambiente, comprovando a resposta negligente fornecida e recusa, vedadas pelo art. 32, I e III da LAI. Sendo assim, interponho recurso, estando desde logo a autoridade hierárquica ciente da irregularidade e negligência no atendimento da demanda, devendo cumprir o disposto no art. 143 da Lei nº 8.112/1990”.*

**RESPOSTA DO ÓRGÃO AO RECURSO EM 1ª INSTÂNCIA**

O órgão deferiu o pleito do recorrente e encaminhou, anexo ao Fala.BR, a cópia solicitada referente ao auto de infração nº EPSMA00323172023.

**RECURSO EM 2ª INSTÂNCIA**

O requerente apresentou a seguinte manifestação: *“Persistindo na negligência, o Superintendente de Gestão*

Administrativa ignora o teor dos pedidos ao encaminhar apenas cópia do processo administrativo extraído da área do autuado, onde consta expressamente no pedido inicial e recurso (por duas vezes) que não contém a informação pleiteada, expressamente enumerada. Da mesma forma que, ao que consta, não cumpriu com seu dever legal de apurar a irregularidade na resposta inicial perpetuando o descumprimento da legislação de acesso à informação com as condutas expressamente vedadas pelo art. 32, I e III da LAI. Sendo assim, interponho recurso para fornecimento preciso, correto e completo da informação, estando desde logo a autoridade hierárquica ciente da irregularidade e negligência no atendimento da demanda, devendo cumprir o disposto no art. 143 da Lei Federal nº 8.112/1990”.

## **RESPOSTA DO ÓRGÃO AO RECURSO EM 2ª INSTÂNCIA**

O órgão apresentou os seguintes esclarecimentos: 1) Cópia do Histórico do AIT: A cópia integral do processo administrativo consta no anexo 1, a qual retrata o histórico do auto de infração.; 2) Cópia do histórico/andamento do processo administrativo, inexistente na área autuado (SIFAMA): Juntado aos autos, conforme anexo nº 2.; 3) Comprovação da expedição e entrega de todas notificações (autuação e aplicação da penalidade), incluindo os respectivos avisos de recebimento: O aviso de recebimento da notificação de autuação, emitida 02/09/2023, consta no anexo nº 3 e o da notificação de penalidade no anexo nº 3. A notificação de autuação, emitida em 30/05/2023, não possui Aviso de Recebimento, o que não a invalida, pois a Lei nº 9.503/1997, em seu art. 281, parágrafo primeiro, inciso II, prevê que o auto de infração será arquivado e seu registro julgado insubsistente se, no prazo máximo de trinta dias, não for expedida a notificação da autuação, sendo que neste caso o AI foi lavrado em 25/05/2023. Ou seja, a expedição aconteceu dentro dos 30 dias. Reforço: a expedição deve acontecer em 30 dias e não o recebimento da notificação pelo infrator. No caso em análise, a Notificação da Autuação foi expedida dentro do prazo legal, conforme consta na página 2 da cópia integral do processo administrativo 1.

## **RECURSO À CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO (CGU)**

O cidadão apresentou a seguinte alegação: “(...) resta controvertido o atendimento ao item 3 do pedido assim pleiteado: Comprovação da expedição e entrega de todas notificações (autuação e aplicação da penalidade), incluindo os respectivos avisos de recebimento. (...). Claramente a autoridade máxima da ANTT confunde os termos emissão com expedição, afinal a expedição consiste na entrega da notificação à empresa responsável pelo envio, ou seja, possivelmente o aviso de recebimento. É o que esclarece a Resolução 918/2022 do CONTRAN, em seu art. 30. Diversamente do que alega o Diretor Geral da ANTT em sua resposta, a GEAUT alega que é sim existente o aviso de recebimento da primeira notificação e ainda que esta não foi recebida pela parte interessada, devendo, portanto, ser fornecida diante da contradição existente entre decisão da GEAUT e resposta ao presente pedido pelo Diretor Geral, sobre uma suposta inexistência da informação. Sendo assim, é como recurso, para que a CGU determine o fornecimento da informação alegada existente pela GEAUT, ou ainda, declaração de inexistência da informação pelo Diretor Geral quanto a inexistência de comprovação da expedição da notificação da autuação nos termos do art. 4º, §1º C/C art. 30 da Resolução 918/2022 do CONTRAN, que não se confunde com sua mera emissão.

## **ANÁLISE DA CGU**

A CGU, considerou a necessidade de buscar esclarecimentos acerca da questão, enviou à ANTT um pedido de solicitação de esclarecimentos, que foi respondida pela requerida reiterando seu entendimento de que já disponibilizou ao requerente todas as informações, inclusive, referente ao item 3 do recurso, bem como que o fato de não existir Aviso de Recebimento – AR (comprovação de que a notificação foi entregue) para a primeira notificação não é motivo para invalidação do processo e cancelamento da multa. A Agência também ressaltou que, no Código Trânsito Brasileiro é dado prazo de 30 dias para órgão autuador agir, expedindo a notificação, nada tendo a ver com o infrator ser devidamente notificado. Segundo a autarquia, isto fica claro na Resolução nº 918/2022 do CONTRAN, que explica que a expedição é quando o órgão autuador (ANTT) manda a notificação para a empresa responsável pela entrega ao autuado, no caso, os CORREIOS. A CGU destacou da explicação recebida o seguinte trecho:

*“O que nos parece é que o cidadão infrator almeja que a ANTT diga que, o fato de não existir Aviso de Recebimento – AR (comprovação de que a notificação foi entregue) para a primeira notificação, existe*

*motivo para invalidação do processo e cancelamento da multa. Mas já foi explicado a ele que a Lei fala que os 30 dias para expedir a notificação é para regular uma ação do poder público. Os 30 dias é para o órgão autuador agir. Nada tem a ver com o infrator ser notificado, por isso a lei diz a palavra EXPEDIR em 30 dias. E a ANTT cumpriu este prazo. A prova disso é a própria notificação constante na cópia do processo enviado por meio do Ofício SEI nº 10891/2025/SUDEG/DIR-ANTT”.*

Assim, a CGU realizou apreciação das tratativas ocorridas entre o requerente e o recorrido, contidas na Plataforma Fala.BR, e a interlocução realizada com a Agência, e verificou que a ANTT declarou que a notificação de autuação, emitida em 30/05/2023, não possui Aviso de Recebimento, o que não a invalida. Ou seja, a ANTT declarou a inexistência de Aviso de Recebimento referente à notificação de autuação emitida em 30/05/2023.

## **DECISÃO DA CGU**

A CGU não conheceu do recurso interposto, visto que não foi identificada circunstância de negativa de acesso à informação, requisito de admissibilidade disposto no art. 16, inciso I da Lei nº 12.527/2011, já que a Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) declarou que as informações pleiteadas pelo cidadão são inexistentes, sendo resposta de natureza satisfativa para fins desta Lei, nos termos da Súmula CMRI nº 6/2015.

## **RECURSO À COMISSÃO MISTA DE REAVALIAÇÃO DE INFORMAÇÕES (CMRI)**

O requerente interpôs recurso, no qual destaca-se a seguinte solicitação: “(...) Devendo ser determinado a ANTT que forneça a comprovação da expedição e/ou entrega da notificação emitida em 30/05/2023, seja aos Correios ou a parte interessada, incluindo a postagem, em observância ao art. 4º, §1º c/c art. 30, inciso I da Resolução 918/2022 do CONTRAN, eis que não se confunde expedição com sua mera emissão, incluindo o verso da notificação (não fornecido), ou, finalmente, forneça declaração que não possui documentos para comprovar a efetiva expedição da notificação emitida em 30/05/2023, que também não se confunde com mero Aviso de Recebimento, comprovando o alegado na decisão da GEAUT que indeferiu a defesa prévia”.

## **ADMISSIBILIDADE DO RECURSO**

Recurso não conhecido

- Súmula CMRI nº 06/2015
- art. 24, do Decreto nº 7.724/2012 e os arts. 19 e 20 da Resolução CMRI nº 6/2022

## **ANÁLISE DA ADMISSIBILIDADE DO RECURSO**

Vale constatar que, conforme o art. 24 do Decreto nº 7.724, de 2012, e os arts. 19 e 20 da Resolução CMRI nº 6, de 2022, o recurso cumpre os requisitos de legitimidade, tempestividade e regularidade formal. Todavia, por não ter atendido o requisito do cabimento, o recurso não foi conhecido, já que, da análise dos autos, verifica-se que todas as informações foram disponibilizadas pela Agência, como cópia do processo administrativo relacionado ao Auto de Infração solicitado, das notificações e dos avisos de recebimentos constantes no sistema de multas, além das explicações quanto à legislação que respalda o processamento das infrações de trânsito. Especificamente sobre a notificação de autuação emitida em 30/05/2023, o órgão explicou que esta não possui Aviso de Recebimento, o que não a invalida, pois a Lei nº 9.503/1997, em seu art. 281, § 1º, inciso II, prevê que o Auto de Infração será arquivado e seu registro julgado insubsistente se, em até 30 dias, não for expedida a notificação da autuação, sendo que neste caso o AI foi lavrado em 25/05/2023, ou seja, a expedição aconteceu dentro do prazo legal exigido, mas a autarquia não obteve o retorno do AR por parte dos CORREIOS. O requerente permaneceu inconformado e recorreu em 4ª instância, exigindo que a ANTT forneça a comprovação da expedição e/ou entrega da notificação emitida em 30/05/2023. Diante do exposto, verifica-se que a ANTT prestou os esclarecimentos necessários e se encontra no limite da resposta, não havendo mais nada a ser apresentado. Nesse sentido, vale observar que ainda que o procedimento de transparência passiva, trazido com a LAI, tenha sido concebido essencialmente para se conceder acesso a uma informação, nem sempre a informação desejada pelo cidadão existe, como verifica-se neste caso. Assim, com base nas justificativas apresentadas pelo órgão, a CMRI decide por não

conhecer do recurso em tela, visto que a declaração de inexistência do documento objeto da solicitação, por parte do requerido, é considerada resposta de natureza satisfativa, sendo revestida de presunção de veracidade, decorrente do princípio da boa-fé e da fé pública, além de ser consequência direta da presunção de legalidade dos atos administrativos, conforme preconiza o art. 11 da Lei nº 12.527/2011.

## DECISÃO DA CMRI

A Comissão Mista de Reavaliação de Informações, nos termos da Ata da 148ª Reunião Ordinária, por unanimidade, não conhece do recurso, visto que não houve negativa de acesso à informação pedida, que é requisito de admissibilidade recursal, conforme o art. 24 do Decreto nº 7.724, de 2012, sendo cabível ao caso a aplicação da Súmula CMRI nº 6, de 2015, a qual consolida que a declaração de inexistência de informação objeto da solicitação em questão.



Documento assinado eletronicamente por **Pedro Helena Pontual Machado, Presidente Suplente da CMRI**, em 25/09/2025, às 14:17, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **DEBORA DE MOURA PIRES VIEIRA, Usuário Externo**, em 26/09/2025, às 18:30, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Míriam Barbuda Fernandes Chaves, Usuário Externo**, em 26/09/2025, às 19:05, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **CARLOS AUGUSTO MOREIRA ARAUJO, Usuário Externo**, em 29/09/2025, às 09:01, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Jorge Luiz Mendes de Assis, Usuário Externo**, em 29/09/2025, às 09:40, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Eveline Martins Brito, Usuário Externo**, em 29/09/2025, às 12:45, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **RONALDO ALVES NOGUEIRA registrado(a) civilmente como RONALDO, Usuário Externo**, em 13/10/2025, às 06:26, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **6962727** e o código CRC **4DEF2B4A** no site:

[https://protocolo.presidencia.gov.br/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://protocolo.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)